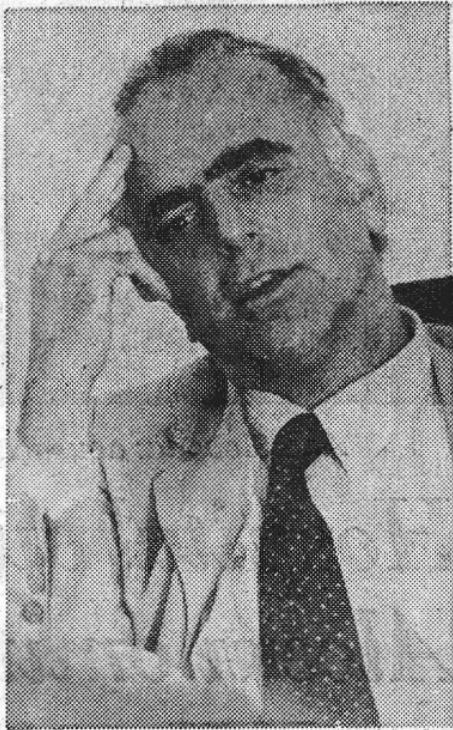


“Projeto Ipê” volta a ser transmitido

A Secretaria Estadual de Educação está relançando seu maior curso de atualização e capacitação de professores da rede pública — o Projeto Ipê. Transmitido por vídeos e pela televisão Cultura desde 1985, o projeto esteve parado durante o ano passado e agora, reativado, quer atingir pelo menos 80 mil professores em cada curso, que dura 30 horas, a partir de 11 de setembro.

O programa deste ano, pensado pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (Cenp), órgão responsável pelo projeto Ipê, denomina-se “A Criança e o Conhecimento”, e discutirá, entre outros temas, todas as disciplinas ensinadas no ciclo básico — os dois primeiros anos de escola — inclusive a alfabetização. Esse curso de educação à distância sofre as mesmas críticas que os outros programas de reciclagem que a secretaria promove. “Antes de elaborar o material, é preciso perguntar aos professores o que eles querem aprender”, afirma Roberto Leme, presidente da União dos Diretores de Escola (Udeme).

Entre as novidades do lançamento, está o treinamento de monitores locais, que orientarão os professores que assistem ao programa. “A falta de pessoal capacitado para acompanhar os docentes era a maior crítica feita ao projeto”, reconhece Marília Duran, uma das coordenadoras do Ipê. Para Paulo Renato Costa Souza, ex-secretário da Educação à época da implantação dos cursos, o uso da educação à distância deveria ser estimulado. “Arrependo-me de não ter utilizado mais a tele-



Waldemar Padovani/AE

Renato: arrependimento

visão”, afirma. Sônia Penin, da Faculdade de Educação da USP e da Associação Nacional de Educação (Ande), discorda. “Sem uma política educacional mais ampla essa forma de atualizar professores não tem efeito nenhum”, considera. Sônia acha que o dinheiro gasto em projetos como esse deveria ser usado em outras áreas. “Mesmo que o Ipê tenha muitos aspectos positivos, há setores da educação prioritários”, diz.

Para os professores, a Secretaria de Educação deveria avaliar melhor os cursos que oferece. “Eles nunca são discutidos”, reclama Leme. Até agora, quase todos os estudos realizados pela Cenp são quantitativos, e o relatório do último ano em que o projeto funcionou — 1988 — revelou uma evasão de 13%.